



# ANTOLOGIA

## Visão Doirada

por SIMÕES DIAS

Na sua alta varanda a ler um livro,  
um romance, talvez, talvez o Dante,  
está sentada aquela por quem vivo,  
a minha amante.

Beija-lhe o sol a tulgida cabeça,  
o sol—que mais ninguém a tal se atreve—  
ela, porem, não sente o ardor dos beijos  
na tez da neve!

Eu passo, muitas vezes, merencório,  
e olhando para cima, vejo-a lá,  
sempre a lêr, sempre a ler; e em vão pergunto;  
o que lerá?

De Francesca a tragédia lastimosa?  
amantes de Verona? Que sei eu!  
Julieta, meu amor, que pena a minha  
não ser Romeu!

### Da Verdade

(conclusão)

E que seja a-penas criar a  
forma, é já imenso, infinito.

«Bom é, para a própria in-  
vestigação científica — diz ain-  
da o mesmo sábio geólogo — ter  
constantemente presente no es-  
pírito que a ciência está por fa-  
zer e que não existe problema  
algum definitivamente resolvi-  
dos.»

Como incitamento ao traba-  
lho que tem vindo no homem,  
através das idades, realizando  
a ansia avassaladora de tudo  
conhecer — para conhecer algu-  
ma coisa — as palavras de Lau-  
nay, como certezas deixadas  
pelo pensamento profundo de  
investigador, são preciosas.

Ainda de criar ou estar tudo  
criado, e ao homem ser dado  
a-penas o papel de desvendar  
pela ciência a finalidade que a  
natureza representa e encerra  
na sua lei universal, tira a hu-  
manidade a força portentosa  
da sua existência sem um des-  
falecimento e aproxima-a de  
Deus, sentindo-O a Verdade.

«O conceito da lei universal  
— diz-nos o biologista america-  
no G. Conclin, da Universidade  
de Princeton — aplicado ao mun-  
do, ao individuo, à sociedade —  
compreendido com exactidão,  
não destrói nem a fé em Deus,  
nem a liberdade humana, nem a  
responsabilidade.»

E logo acrescenta, precisando:  
«Não posso compreender co-  
mo se pode ter em conta a gran-  
de finalidade que a ciência re-  
vela na natureza, como se po-  
de seguir o curso da evolução  
dos átomos até o desenvolvi-  
mento do homem e da consci-  
ência e acreditar ainda que tu-  
do isto é desprovido de um pla-  
no ou de um fim. Parece-me  
bastante mais provável que a  
matéria, a energia, a vida e o  
espírito, como os princípios, as  
leis e em geral a ordem na na-  
tureza, sejam provas da exist-  
tência de um certo plano neste  
mecanismo a que chamamos  
Natureza...»

E verifica, através da ciên-  
cia feita de saber e experiência:

### Tribuna Livre

(conclusão)

Afastei os que me rodea-  
vam e dirigí-me, entre duas  
filas de curiosos para o  
grupo de árabes, no meio  
do qual se encontrava um  
homem de barbas quasi  
brancas. Enquanto avança-  
va lentamente, notei a sua  
palidez e o seu ar fatigado.  
Usava calça cinzenta, uma  
veste vermelha e um capa-  
cete. Aproximei-me com  
passo decidido...

E agora os comentários  
do jornalista «Chalax»:

«Tudo isto é terrivelmen-  
te anglo-saxonico, mas tem  
grandeza. Um francês ou  
um belga precipitar-se-iam,  
sem olhar á opinião de um  
punhado de árabes e de ne-  
gros. Mas Stanley aproxima-  
se com passo decidido e...  
Ah! estas palavras pro-  
digiosamente inesperadas e  
que, de resio, ficaram céle-  
bres:

E digo, tirando o chapéo:  
o Dr. Livingstone, presu-  
mo eu?

Isto é mais característi-  
co do homem e da raça do  
que cem livros de etnogra-  
fia ou de história e não se  
sabe se, por surpreendente,  
este presume eu?, pronun-  
ciado em tais circunstân-  
cias, não chega a ser subli-  
me! Que diabo de homem,  
este Stanley!

— Sim, respondeu Livin-

«Não pode aí encontrar-se pro-  
va científica alguma da exist-  
tência ou da natureza de Deus,  
mas o ateísmo leva ao fatalis-  
mo e ao desespero, ao passo  
que o teísmo conduz á fé e ao  
amor.»

Em Deus encontramos, pois,  
a fé que á ciência há-de servir  
e o amor com que a votaremos  
ao bem da humanidade.

Como o saber é ciência que  
com a fé havemos de criar, e  
como a fé vem de Deus — Deus  
é a sabedoria criadora!

# O Pelourinho de Nisa

X (conclusão)

editar considerações, delibera-  
da e propositadamente colhi-  
das em artigos por mim publi-  
cados em vários periódicos.

Em Novembro de 1913, há  
portanto 33 anos, no hebdoma-  
diário portalegrense «A Plebe»,  
escrevi eu, pela primeira vez,  
sobre o assunto.

Decorridas mais de duas dé-  
cadas, a restauração do Pelou-  
rinho foi objecto de uma das  
minhas crónicas para o sema-  
nário de Estremoz «Brados do  
Alentejo», da qual recorto o  
que segue:

«Numa cintilante crónica pa-  
ra o «Diário de Noticias», há  
mais de vinte anos, revoltava-  
-se Hipólito Raposo contra o  
vandalismo de que foram alvo,  
após a proclamação da Repú-  
blica, vários monumentos na-  
cionais e obras de arte de ca-  
racter religioso ou politico.

O brilhante cronista estig-  
matizava, na sua prosa tersa e  
incisiva, o «malvado instinto  
destruidor que é a mais salien-

te característica do português  
actual», comprovada naquela  
época, pela sistemática destrui-  
ção dos cruzeiros e pelourinhos.

Quanto aos primeiros, é cer-  
to, tristemente certo, que em  
monumentos de piedade e cren-  
ça, perpetuando uma simpática  
tradição cultural ou lembrando  
do viandante memória de  
vítimas que o acaso ou o crime  
havia prostrado, foram alve-  
jados pela fúria inconsciente de  
inteligências desequilibradas e  
obtusas.

Os segundos — os pelouri-  
nhos — era natural que a mesma  
sanha destruidora os atingisse,  
por isso que em muitos deles,  
se não em todos, o simbolo do  
cristianismo ou o emblema mo-  
nárquico desafiariam a ira das  
turbas.

Sabido é, porém, que muito  
antes do advento do novo regi-  
me, o *cametelo do progresso*,  
investindo contra aqueles res-  
peitáveis monumentos, fez ba-  
quear dezenas deles, relegan-  
do-os para o número das cois-  
as inúteis ou cuspindo-lhes o  
ultrage de infâmia.

Foram dezenas de crimes de  
lesa-arte e outros tantos aten-  
tados a uma tradição que, de  
remotos tempos, vinha procla-  
mando a soberania municipal.

A essa negra da destruição  
também aqui bateu, por aqui  
passou também, há mais de  
meio século, o *simum* assola-  
dor, que varreu da Praça do  
Município o elegante Pelouri-  
nho, como coisa vergonhosa  
para a civilização do tempo.

Foi talvez apenas o que o  
Pelourinho representava de so-  
brevivência infamante — que em  
1877 levou a Câmara á barbari-  
dade de o atirar para o vão es-  
curo duma dependência muni-  
cipal, onde ainda estaria, se  
outra vercação não se lembra-  
sse, há anos, de aproveitá-lo pa-  
ra suporte dum estético cande-  
eiro e para bancos no Rossio,  
que são um modelo de escultura  
e comodidade.

E ninguém se lembrou então  
de que, como dizia Hipólito Ra-  
poso, os pelourinhos foram os  
símbolos da autonomia muni-  
cipal durante os três primeiros  
séculos da monarquia e afirma-  
vam o direito da justiça popu-  
lar diante da justiça do rei,  
sendo por consequência teste-  
munhos da soberania do povo  
no tempo em que ele teve algu-  
mas.

Sob o ponto de vista estéti-  
co, pode afirmar-se que o Pe-  
lourinho de Nisa não seria dos  
mais desleiantes.

Era todo em mármore e com-  
punha-se dum elevado tronco  
de pirâmide octogonal, apoi-  
do sobre um paralelepípedo rec-  
tangular a cuja base quadrada  
ficavam subjacentes tres de-  
graus. Ao tronco de pirâmide  
estava estada sobreposta, ja for-  
mar um interessante capitel,  
uma outra pedra com a parte  
superior quadrangular, numa  
das faces da qual se ostentava,  
em alto relevo, o brasão da vi-  
la, em outra o escudo nacional,  
e, numa terceira, a seguinte le-  
genda: *Nos populo damus* e a  
data de 1792.

É natural que, na quarta fa-

gstone, tirando o seu capa-  
cete Apertamos as mãos  
—Agradeço a Deus, con-  
tinuai pôr têr-me permiti-  
encontrá-lo.  
—E eu sinto-me feliz em  
estar aqui para o receber.  
E aqui está! Estes dois  
homens cumprimentam-se e  
põem-se a falar com a tran-  
quilidade com que o fariam  
num Salão ou num Circulo  
de Pull-Mall ou de Kensing-  
ton! Ora, o velho missioná-  
rio tinha passado anos  
longe da civilização. Sem  
ver outros brancos, e o jo-  
vem explorador acabava  
para o encontrar, de atra-  
vessar uma imensa região  
quasi totalmente desconhe-  
cida, correndo os perigos  
que se sabe. E ambos esta-  
vam quasi estarrapados!  
Stanley entrega o cor-  
reio que trouxera da Europa  
para Livingstone:  
Ah! diz o missionário,  
esperei noticias durante  
anos e consegui têr paciên-  
cia; umas horas mais não  
serão nada... Mas que se  
passa no Mundo?  
E Stanley responde: Foi  
aberto o canal de Suez; nos  
Estados Unidos, o caminho  
de ferro vai do Atlântico ao  
Pacífico; na Espanha existe  
a liberdade de cultos; a  
Dinamarca foi desmantela-  
da; Napoleão III encontra-  
-se cativo na Alemanha...»

A acção de Livingstone  
foi proficua não só por si  
mesma, mas tambem por ter  
provocado a de Stanley.  
Falta-nos o espaço para  
contar ainda quais foram  
os motivos e os resultados  
das subsequentes viagens  
deste último em Africa, cu-  
ja narrativa publicou em  
«Atravéz do Continente Mis-  
terioso»

Mas fica para outra vez.

X

# Língua Pátria

SEMANTOLOGIA

Pelo Dr. Carvalho

—ES CRAVO — Pres-  
-se ao termo *slavo* — bril-  
te, com que se nomeiam  
povos da Europa Ociden-  
Vencidos estes e capti-  
dos pelos francos, o seu  
me alterado em *esclavo*  
ou *esclaves* recebeu da  
gua dos vencedores o  
tido de *captivo*, que é  
dêia que nos desper-  
nosso vocabulo da me-  
origem (Cfr. Eduardo  
los Pereira, *Grammatica  
tórica*, pág. 263)

—FRIVOLA — (de  
FRIOLEIRAS) e FUTU-  
Damos tal designação  
uma coisa sem impor-  
cia, a mesma era dada  
pelos Romanos. Tais ob-  
tivos na sua origem,  
cavam-nos êles a vaso-  
chados, que, por deix-  
correr o liquido que  
se devia guardar, já  
nada serviam e eram  
isso sem préstimo.  
José Joaquim Nunes,  
*gressões Lexicologicas*  
114).

GENERAL — É dos  
tro vocabulos apresen-  
(*cabu, capitão, major*  
neral) o único que  
um significado que  
com o seu valor etim-  
(Vid. Rodrigo de Sa-  
gueira, *Questões de  
guagem* — 2.ª Parte, Li-  
1935, pág. 78).

(Continua)

## Velhos Dizeres

Obra é de vilão atira-  
dra e esconder a mão.

Na face e nos olhos  
letra do coração.

ce, houvesse ainda  
ornato ou inscrição,  
houve, desapareceu por  
pleto.

Sobre este capitel ap-  
vam-se mais duas elega-  
dras a formar uma pequi-  
luna afestada, no cim-  
se erguia, em ferro, a ca-  
miliar, tendo no polo  
uma espada curva de  
um metro de comprimento.

Não seria um primor  
te, mas, ainda que fosse  
grosseiro granito, o es-  
ficado, como documento  
tonomia municipal, deu  
o bastante para que a fi-  
molidora passasse sem  
car.

Não foi assim. O Pel-  
«sobrevivência infamante  
outros tempos, teve de  
tado abaixo...»

Tudo o que se tran-  
tem ainda hoje a me-  
tunidade. Outras consi-  
tere de aduzir, mas,  
tas já vão longas con-  
no próximo número.

J. FIGUEIRA

ANUNCIEM NO «CORREIO  
DE NISA», QUE CUSTE  
EM TODO O PAIS